

Marcopolo Trading S.A.

CNPJ 87.004.594/0001-97

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, esta Diretoria tem a honra de submeter a vossa apreciação e exame das Demonstrações Financeiras relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Caxias do Sul, 31 de março de 2025

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado			Demonstrações dos fluxos de caixa		
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023	Exercícios findos em 31 de dezembro	(Em milhares de Reais)
Circulante				Circulante				Exercícios findos em 31 de dezembro	(Em milhares de Reais)
Caixa e equivalentes de caixa	4	31	15	Impostos e contribuições a recolher		2	14	Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Aplicação financeira	5	3.563	9.594	Dividendos a pagar	10	—	162	Lucro líquido do exercício	306 684
Impostos a recuperar	7	239	91	Outras contas a pagar		8	7	Ajustes	
Outras contas a receber		1	1			10	183	Amortizações	— 1
		3.834	9.701	Patrimônio líquido				Despesas de imposto de renda e contribuição social	123 316
Não circulante				Capital social		5.000	5.000	Custo na baixa de investimento	8 — 6
Propriedade para investimento	2.8	105	105	Transações com acionistas		(1.649)	—	Variações nos ativos e passivos	—
Intangível		1	1	Reservas de lucros		582	4.627	(Aumento) redução em aplicações financeiras	6.031 (9.594)
Investimentos	8	3	3			3.933	9.627	(Aumento) redução em outros ativos	(148) (90)
		109	109	Total do passivo e patrimônio líquido		3.943	9.810	Aumento (redução) em outros passivos	(56) (145)
Total do ativo		3.943	9.810			3.943	9.810	Caixa gerado pelas atividades operacionais	6.256 (8.822)
								Impostos sobre o lucro pagos	(78) (176)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Transações com acionistas	Reserva legal	Reserva de aumento de capital	Lucros acumulados	
Em 1º de janeiro de 2023	5.000	—	533	3.572	—	9.105
Lucro do exercício	—	—	—	—	684	684
Destinações	—	—	—	—	(522)	—
Destinação do lucro	—	—	34	488	(162)	(162)
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 3,25 por lote de mil ações)	—	—	—	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2023	5.000	—	567	4.060	—	9.627
Transação com acionista	—	(1.649)	—	—	—	(1.649)
Lucro do exercício	—	—	—	—	306	306
Destinações	—	—	—	—	—	—
Destinação do lucro	—	—	15	218	(233)	—
Dividendo complementar	—	—	—	(4.278)	—	(4.278)
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 0,01 por lote de mil ações)	—	—	—	—	(73)	(73)
Em 31 de dezembro de 2024	5.000	(1.649)	582	—	—	3.933

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Marcopolo Trading S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Seu principal controlador é a Marcopolo S.A. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços técnicos relacionados com o comércio exterior, realizando por conta própria ou de terceiros, exportações e importações, e a representação em operações de compra e venda de mercadorias, podendo participar em outras sociedades. As operações de compra e venda de mercadorias realizadas pela Companhia são feitas de forma complementar as atividades de sua controladora e companhias associadas e se referem à comercialização de ômbus prontos, em operações onde seja necessária a venda do carro completo, ou seja, com chassi e carroceria. As operações da Marcopolo Trading S.A. estão diretamente relacionadas às operações que lhe sejam destinadas pela controladora. **2. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação: (a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2025. **(b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **(d) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC - 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas e opcional para as demais, enquanto para IFRS Accounting Standards representam informação financeira suplementar. **(e) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Políticas contábeis materiais e divulgações:** As políticas contábeis materiais, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL" - Fair Value Through Profit or Loss) e ao custo amortizado. **2.4.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração: (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. **(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar

fluxos de caixa contratuais; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **2.4.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração: (a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **(b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. **2.4.4 Redução ao valor recuperável (Impairment): (a) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(c) Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **(d) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. **2.5 Gestão de risco financeiro:** A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes e contas a pagar. Os valores conhecidos ou estimados dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023, registrados em contas patrimoniais, não apresentam valor de mercado significativamente diferente do reconhecimento nas demonstrações financeiras, considerando instrumentos de mesma natureza, prazos e riscos semelhantes. **(a) Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. **(b) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites

individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber de clientes. **(c) Estimativa do valor justo:** A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações de valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). **(d) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment. **2.7 Intangível: (a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 anos. **2.8 Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento se refere a terreno, mensurado pelo método de custo e não depreciado. O valor justo do terreno foi estimado em R\$ 1.508 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.439 em 31 de dezembro de 2023). **2.9 Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. O imposto sobre o lucro e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, a posição assumida na apuração de imposto sobre o lucro e a contribuição social às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriada, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculadas com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. **2.11 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.12 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas. **2.13 Receitas financeiras e despesas financeiras:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtítulo de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtítulo do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao

apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **(b) Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • receita e despesa de juros; • ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda; • ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro; • perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); • ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; e • reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica os juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia não possui estimativas e julgamentos contábeis críticos relevantes.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	31	15
Depósitos bancários à vista	31	15
Total do caixa e equivalentes de caixa	31	15

5. Aplicação financeira:

	2024	2023
Aplicação financeira	3.563	9.594
Certificados de Depósitos Bancários com liquidez imediata (*)	3.563	9.594
Total	3.563	9.594

(*) Corresponde a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas de 98% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (101% em 31 de dezembro de 2023). **6. Partes Relacionadas: a. Remuneração do pessoal-chave da administração:** A Companhia não possui administradores, o pessoal-chave da administração é remunerado pela Controladora Marcopolo S.A. e demais controladas. **7. Impostos e contribuições a recuperar:**

	2024	2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	239	91
	239	91

8. Investimentos: Os investimentos em sociedades equiparadas a coligadas estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Apolo Tecnologia Ltda.	31.000	31.000
Marcopolo de Ônibus Ltda.	31.099	28.941
	3.100	3.100
	0,01	0,01
	2.157	2.415
Saldos iniciais	—	—
Pelo valor patrimonial	3	6
Baixa de investimento	—	(6)
Integração de capital	—	3
Saldos finais	3	—

Pelo valor patrimonial

(*) Investimento baixado em 2023, devido à incorporação do mesmo na controladora Marcopolo S.A.

continua →

